



JUVENTUDES, ESCOLA E AUTONOMIA: O QUE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO TEM A NOS DIZER?

Ana Clara de Castro Lopes¹

Aglailton da Silva Bezerra²

Evelane Mendonça Lima³

Francisco Leustene dos Santos Vieira⁴

Michely Peres de Andrade⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta apresentar os principais resultados das atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina Prática de Ensino IV, ofertada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará - Uece. A disciplina citada compõe o currículo do referido curso o qual contribui para a formação docente das/dos estudantes e auxilia no seu processo de inserção nas escolas de Ensino Médio. A metodologia utilizada concentra-se nas observações realizadas na escola no segundo semestre de 2019, nesse momento ainda com a sistemática presencial, assim como grupos de discussão com estudantes da escola, que tornou possível construir um breve panorama acerca das perspectivas discentes, no que diz respeito à autonomia estudantil e a organização do espaço escolar, através do Projeto Político Pedagógico (PPP). Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas atividades realizadas em uma escola pública específica, situada na cidade de Maracanaú, a qual optamos por utilizar um nome fictício com o intuito de garantir o seu sigilo, portanto estivemos na Escola de Ensino Médio Conectando Mentes. Como aporte teórico utilizamos Silva (2015), Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), Castelli e Croce (2016), Gadotti (1997), Freire (2007) e Brandão (2007). Dentre os principais resultados ressaltamos a importância de um diálogo mais efetivo na comunidade escolar e a necessidade de escuta desses/as jovens.

Palavras-chave: Juventudes, Escola, Participação, Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista do Programa de Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação (GERE – UECE/UNILAB); Integrante do Ecos; ana73026@gmail.com;

²Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará. Assistente Social. Graduando em Ciências Sociais pela UECE. Integrante do Ecos; aglailtonsb@gmail.com.

³Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará. Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC); Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); Integrante do Ecos; evelane.mendoncal@gmail.com.

⁴Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal do Ceará; Integrante do Ecos; leustene@gmail.com.

⁵Professora Orientadora - Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – PE. Professora Ajunta do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação (GERE - UECE/UNILAB). michely.andrade@uece.br.



A dinâmica cotidiana que envolve a relação estabelecida entre escola e estudantes é marcada, de um lado, por conflitos, tensões, violências e dentre outras problemáticas que são modeladas, sobretudo, a partir do caráter normativo e estrutural da instituição escolar. Mas, por outro lado, nesse mesmo ambiente onde se concebe o processo de escolarização formal nas sociedades modernas, também emergem práticas sociais e culturais protagonizadas pelas/os próprias/os estudantes, as quais são capazes de mobilizar agrupamentos, valores, afetividades, identidades e autonomia estudantil. Partindo desse cenário, então, podemos perceber que a relação entre discentes e escola é configurada por diferentes dimensões, desde a estrutural, até a dimensão construída na cotidianidade da vivência escolar.

Antonio Cândido (1973) procura explicar a estrutura da escola através de uma análise sociológica que aponta tanto para a dimensão macrossocial quanto para a dimensão microssocial da escola. Conforme o autor, a escola possui uma estrutura administrativa responsável pela organização racional e consciente de seu funcionamento institucional. Porém, por outra via, a escola também trata-se de um grupo social mobilizador de sociabilidades que não estão estabelecidas nas políticas educacionais e nem nas normas administrativas elaboradas pelo poder público. Dayrell (2001) dialoga com essa perspectiva na medida em que analisa a escola como um espaço sociocultural.

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida [...] como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. (DAYRELL, 2001, p. 137)

Trata-se de compreender, desse modo, que ao falarmos da relação entre escola e estudantes torna-se oportuno considerar a instituição escolar como um espaço não homogêneo. Ao mesmo tempo em que ele é estruturado por forças sociais “externas”, ele também é um campo onde agentes sociais e culturais atuam a partir de suas sociabilidades, as quais, muitas vezes, transgridem ou resignificam as regras delimitadas institucionalmente. É desse tensionamento entre a dimensão microssocial, gerenciada pela autonomia estudantil, e a dimensão macrossocial, gerenciada pelas regras institucionais e por fatores sociais estruturais, que nasce o interesse deste trabalho.

Nesse sentido, a pesquisa tem como foco o universo do ensino médio e, mais precisamente, o universo de jovens estudantes como atores sociais da cotidianidade escolar que interagem diretamente com um conjunto de normas, anseios, regras e objetivos instituídos



e legitimados por meio de diversos mecanismos escolares. Dentre eles está o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Nesse caso, o PPP é visto como um documento que incorpora o caráter institucional da estrutura administrativa e pedagógica da escola, lançando as bases fundamentais que orientam a relação da escola frente aos processos escolares, tais como, concepções pedagógicas, normas, sanções, organização dos áreas disciplinares e dentre outros pontos, mas que, além disso, orienta a maneira como a escola “ver” os/as discentes.

Diante dessas ponderações iniciais, o presente trabalho tem como proposta analisar o Projeto Político e Pedagógico de uma instituição pública de ensino médio no estado do Ceará, compreendendo-o como um importante instrumento para o estabelecimento de estratégias, ações e metas educativas, além de fruto de uma concepção de educação e, conseqüentemente, de disputas por poder. Tal análise parte dos principais resultados das atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina Prática de Ensino IV, ofertada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Estadual do Ceará - Uece.

A disciplina citada compõe o currículo do referido curso, a qual contribui para a formação docente das/dos estudantes e auxilia no seu processo de inserção nas escolas de ensino médio, de forma articulada aos estágios supervisionados. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas atividades realizadas em uma escola pública específica, situada na cidade de Maracanaú-CE. Neste caso, optamos por utilizar um nome fictício com o intuito de garantir o seu sigilo, portanto, estivemos na Escola de Ensino Médio Conectando Mentes. As vivências e observações na escola ocorreram nos vários espaços escolares, buscando observar as diversas dinâmicas estabelecidas entre os sujeitos que a compõem, além de buscar realizar uma escuta ativa dos/as estudantes, suas perspectivas e demandas.

A importância do trabalho justifica-se, então, pela necessidade de contextualização, discussão e tensionamento das relações e diálogos entre as/os estudantes, suas perspectivas e autonomia e o modo como a escola se organiza e estrutura as relações, utilizando o Projeto Político Pedagógico. Para tanto, e compreendendo a complexidade da temática, optou-se por estruturar o trabalho em três eixos. Em um primeiro momento, tivemos como foco a discussão sobre participação, juventudes e espaço escolar. Na segunda parte, optou-se por discutir sobre Projeto Político Pedagógico e a organização estudantil, o que culminou, em um terceiro momento, com a discussão sobre os encontros e desencontros entre o Projeto Político Pedagógico e a autonomia estudantil.

METODOLOGIA



A metodologia utilizada concentra-se em observações realizadas na escola Conectando Mentes no segundo semestre de 2019, nesse momento, ainda, com a sistemática de ensino na modalidade presencial. Também realizamos grupos de discussão com estudantes da escola, estes, por sua vez, possibilitaram a construção de um breve panorama acerca das perspectivas discentes, no que diz respeito à autonomia estudantil e a organização do espaço escolar, por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Acerca dos grupos de discussão nos ajuda na sua compreensão e conseqüente aplicação, o que nos diz Wivian Weller (2006, p.246) "[...] os grupos de discussão, como método de pesquisa, constituem uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações dos sujeitos.". A partir desse pressuposto, foi possível perceber quais eram as perspectivas dos/as interlocutores acerca dos debates propostos, as possibilidades de diálogo existentes entre pesquisadores/as e interlocutores/as e a importância da escuta atenta. Com relação às referências bibliográficas, utilizamos o arcabouço teórico que foi discutido na disciplina de Prática de Formação IV e de outros/as intelectuais cujos textos, ideias e conceitos já havíamos visto e debatido em outros contextos de nossas formações acadêmicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como fundamentação teórica do trabalho, foram utilizadas as contribuições de Juarez Dayrell (2005), cuja pesquisa foi fundamental para as nossas reflexões no que diz respeito à compreensão do conceito de juventudes, pensando a sua pluralidade e rompendo com a homogeneização, vista como um instrumento de poder e controle dessas condições juvenis. A partir da leitura de Juarez Dayrell e Martins (2013), consideramos pertinente pensar uma educação que ofereça, além das contribuições teóricas, questões práticas, que possam reconhecer ainda a importância das atividades participativas para os/as estudantes e possam contribuir para o desenvolvimento de sua autonomia.

Dialogamos a partir de Maciel Pereira Silva (2015), para pensarmos as transformações sociais com o advento da tecnologia e os modos como estas têm estado presentes nas vidas dos jovens e as modificados. Refletimos a partir de Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Júlio Jacobo Waiselfisz (2015) acerca da condição juvenil e o modo como a escola tende a negá-la, tirando do jovem a sua condição de jovem e transformando-o apenas em aluno. Esse conceito acarreta questões analíticas fundamentais quando em debate com a compreensão sobre esse espaço, escola e as juventudes.



Nos auxiliou no entendimento e no tensionamento de questões sobre o Projeto Político Pedagógico, as considerações de Castelli e Croce (2016). Os autores trazem ponderações cruciais acerca da relação identitária, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira que é exercida pelo Projeto Político Pedagógico. Ainda com relação à discussão em torno do PPP, importantes contribuições nos traz Moacir Gadotti (1997), nos ajudando a discutir a educação e, mais especificamente, as ações que se voltam para a formação cidadã do corpo discente. Para pensarmos a relação estabelecida entre estudantes e autonomia, utilizamos Paulo Freire (2007), na medida em que ele pensa possibilidades de construção dessa autonomia como um processo, nos fazendo perceber que a autonomia é construída durante toda a vida e não apenas em um dado momento desta.

No tocante a compreensão sobre educação, Brandão (2007) apresenta elementos fundamentais sobre a necessidade de rompimento com um ideário de prática educativa enraizada em aspectos puramente tradicionais. Como contraposição a isso, ele dialoga com a importância de uma relação mais íntima com o cotidiano, desse modo, a educação apresenta-se também em uma pluralidade de educações. Resende (2015), por fim, colabora para a caracterização desse debate ao direcionar o olhar para o PPP sem negar suas relações tênues e de reprodução histórica e conjuntural, o qual nos possibilita discutir sobre a escola e seu caráter plural, democrático e colaborativo. Tais intelectuais nos levaram a aprofundar ideias, tensionar debates e contextualizar a escola e seus/suas interlocutores/as, nos possibilitando perceber não apenas as tensões, mas também as possibilidades de criação e reinvenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação, juventudes e espaço escolar

A escola é tida como um equipamento de trocas de conhecimentos, na qual manifesta a socialização dos saberes científicos através de um processo de curricularização no qual as diversas disciplinas são vistas e amadurecidas conforme sua importância e relação com a realidade social e suas relações. Desse modo, a mesma agrega, enquanto instituição social e ideológica, perspectivas de vida que movem os diversos projetos de vida pensados individualmente ou coletivamente.

A profissionalização, portanto, seria um dos horizontes visíveis e necessários para as juventudes, sobretudo, numa perspectiva classista na qual os e as estudantes estão inseridos/as



e visualizam na escola um caminho para adentrar no mercado de trabalho. Contudo, questiona-se como se dá a efetiva participação desse público? A escola identifica esses jovens e reconhece a pluralidade que está diante desses sujeitos?

As juventudes, para além de uma fase de desenvolvimento da vida de qualquer pessoa, devem ser entendidas como um momento de amadurecimento que apresenta seus aspectos sociais e culturais, os quais dialogam com a realidade territorial e conjuntural. Assim, não existe uma homogeneização desse público, pelo contrário, as juventudes recebem essa escrita no plural como forma de garantir a visibilidade de um conjunto de jovens que são diversos e sendo diversos apresentam posicionamentos e visões de mundo diferenciadas, bem como se atrelam a identidades sociais distintas e vinculadas a cada papel social definido e construído socialmente. Acerca dessa discussão Juarez Dayrell, nos traz importantes contribuições, enfatizando a compreensão de juventudes no plural e da juventude não apenas como um momento de passagem.

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual indivíduo vai se descobrindo e descortinando em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão afetiva até a profissional. Esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona, fazendo com que os jovens construam determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a não de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de *modos de ser jovem* existente. (DAYRELL, ano ?, p. 4)

Desse modo, ao agregar esse público, a escola precisa direcionar estratégias que possibilitem esses perfis diante de sociabilidades que são construídas socialmente. Daí torna-se importante e imprescindível pensar: Como se dá essa participação no espaço escolar? A participação das juventudes respeita suas identidades? A participação na escola está enraizada no cumprimento das demandas escolares? Como o Grêmios Estudantil articula, juntamente com a escola, as demandas do corpo discente?

O que se percebe é que os jovens reconhecem a importância das atividades participativas como exercício prático, que ultrapassa os aprendizados unicamente teóricos, sem desconsiderar a importância da teoria, se for adequadamente apropriada. Tais experiências, muitas vezes ausentes na escola, tendem a enriquecer o processo formativo educacional dos jovens para além do estritamente conceitual. (DAYRELL; MARTINS, 2013, p. 1275)

A participação, portanto, se apresenta também de modo diversificado, haja vista que ela emerge desde o fato da/do estudante cumprir as demandas escolares curriculares ao fato de



pensar atividades com caráter participativo e democrático com foco de amadurecimento coletivo desse público e que tenham como horizonte atingir espaços e demandas não pontuados pela escola, tais como debates sociais que giram em torno das opressões que são vivenciadas, como racismo, sexismo, lgbtfobia, classista e dentre outros.

Assim, a escola enquanto aparelho ideológico do Estado, a partir das contribuições de Althusser (1985), se configura ainda como reprodutora e produtora das relações sociais hierarquizantes e que culminam na reprodução da ideologia burguesa e na formação de força de trabalho. Em diálogo com essa ideia, a escola está em constante atrito com as demandas das juventudes, tendo em vista o processo de identidades nas quais a escola não estava preparada para acolher (jovens negros/negras, gays, lésbicas, trans dentre outros diversos). Tal relação conflituosa afirma os lugares definidos historicamente dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, pensando através de uma relação de poder e, conseqüentemente, domínio.

As transformações recentes na sociedade, dentre eles o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, principalmente a televisão e a internet, colocam em evidência os novos modos de vida, especialmente para a juventude. Eles refletem negativamente em suas relações com a escola, que não se atualizou, ainda, para a nova realidade social. (SILVA, 2015, p. 55)

Assim, o questionamento e avaliação desses encontros permeados pelas várias sociabilidades no âmbito escolar se apresentam como central na análise diante da relação estabelecida entre escola e juventudes, na qual culmina no entendimento sobre autonomia e participação. Cabe destacar, ainda, que os diálogos e atritos presentes nesse espaço se dão diante dos desencontros que são visíveis entre as diversas realidades, que não são negativas, mas que ainda não são aproveitadas de modo qualitativo pela escola.

Na escola, o jovem é despido da condição social de ser jovem e se transforma em “aluno”, ou seja, é visto por uma perspectiva exterior a ele, em uma imposição normativa do sistema de ensino, perdendo-se de vista a diversidade, as buscas e os parâmetros de comportamento que fazem parte das modelagens de juventudes. A escola desconsidera, portanto, a cultura juvenil, a qual se caracteriza por ser dinâmica, diversa, flexível e móvel. (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015, p. 31)

Portanto, a participação juvenil na escola está atrelada a uma condição de relação de conflitos de realidades sociais diversificadas que foram sendo alteradas ao longo do processo histórico e que nos permite pensar na necessidade de uma maior compreensão da escola diante de seu público ao pensar a sociedade enquanto dinâmica.



Projeto Político Pedagógico e a organização estudantil

Com o intuito de planejar estratégias, ações e metas educativas para garantir a efetivação dos objetivos político-pedagógicos na escola, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9392/96 estabelecendo a obrigatoriedade das instituições educativas brasileiras em constituir, autonomamente, seu próprio plano norteador por meio de um documento denominado Projeto Político Pedagógico (PPP).

A partir de então, toda escola do território nacional precisou se adequar à legislação e elaborar, com a participação da comunidade escolar (Núcleo gestor, docentes, funcionários, discentes e pais de discentes e/ou membros da comunidade cuja escola está geograficamente inserida) seu PPP explicitando, conforme Castelli e Croce (2016), sua relação identitária e sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Para Freire (2007), essa autonomia se consolida para os sujeitos como um processo gradativo de amadurecimento que ocorre durante toda a vida, propiciando ao indivíduo a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as consequências dessa decisão, assumindo, portanto, suas responsabilidades dentro dos processos.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico define a identidade da instituição escolar e revela os caminhos a serem seguidos, sendo necessário que nele estejam delineados: I) *a missão* (que tipo de aluno a escola pretende educar); II) *o contexto* (pequeno histórico da comunidade na qual a escola está inserida, relatando as características sociais, econômicas, físicas e culturais dos alunos que dela fazem parte); III) *a caracterização da escola* (trata aqui da estrutura física escolar, dos seus recursos humanos e financeiros, do seu desempenho, evasões e participação da comunidade escolar, para que se compreenda e melhor elabore os projetos e as propostas da escola para o ano letivo); IV) *as diretrizes pedagógicas* (essa parte cabe à coordenação pedagógica, juntamente com seu corpo docente, embasados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); V) *os referenciais da secretaria que gere a escola*, onde são definidos os objetivos a serem alcançados, suas metas de aprendizagem e seu sistema de avaliação) e VI) *o plano de ação* (contendo todos os projetos previstos para serem realizados no referido ano, seus objetivos, seus prazos de execução e as funções dos seus responsáveis).

Tendo como referência uma escola pública estadual de ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da região metropolitana de Fortaleza, podemos observar em seu PPP, reformulado em 2013, que existe nele a intenção de promover ações focadas no desenvolvimento cidadão de seu corpo discente, cuja

[...] a questão central é a formação do homem enquanto ser político; é a libertação histórica, concreta do homem contemporâneo. A educação não tem a finalidade de ‘curar’ as partes ‘defeituosas’, readaptando-as para o seu funcionamento normal, mas tenta mostrá-la no conjunto da sociedade da qual o sistema educacional faz parte. (GADOTII, 1997, p. ?).

Entretanto, percebe-se ser necessário e urgente a elaboração de estratégias, metas e ações capazes de contribuir para consolidar a construção de uma cultura democrática na escola, uma vez que não se identifica com clareza em seu PPP as propostas à efetivação da formação cidadã de seus/suas estudantes, para além do currículo e metas numéricas referentes aos índices de aprovações em avaliações.

Como nos esclarece Freire (2007), é preciso transformar essa educação em uma ação libertária, e configurar os interesses de toda a sociedade, na qual a esperança seja a de que ela irá despertar da ilusão de que as melhorias e os avanços nas propostas e práticas educativas se limitam apenas ao seu desenvolvimento tecnológico, e menos no movimento e ordem; sistema e contestação, como afirma Brandão (2007).

Assim, se utilizado de modo eficiente, o Projeto Político Pedagógico se torna um dos pilares para se alcançar uma gestão democrática, capaz de satisfazer aos interesses não só da instituição, mas de promover a criticidade dos seus partícipes, capaz de possibilitar à escola a oportunidade de atuar no estímulo à reflexão, à autonomia, ao aprendizado e ao desenvolvimento de condutas mais compatíveis em relação ao protagonismo juvenil, à diversidade, à inclusão social e, por consequência, à cidadania.

Incluir tais estratégias no PPP, construídas a partir de cursos e formações continuadas, rodas de diálogos e intervenções a respeito de temáticas de interesse e relevância os/as integrantes da comunidade escolar, algo que os/as estudantes se queixaram nos nossos diálogos de quase inexistir na escola, configura-se como um instrumento de formação capaz de reduzir tensões e conflitos sociais; enaltecer valores; promover a emancipação humana, enquanto desfaz mitos e transforma a realidade vigente.

Encontros e desencontros entre o Projeto Político Pedagógico e a autonomia estudantil

Analisando, assim, a participação estudantil no ambiente escolar e o que nos diz o Projeto Político Pedagógico vemos, então, que ainda existe uma distância considerável entre a efetivação do que consta no PPP, principalmente no que concerne a construção de uma escola democrática e libertária, para a efetiva e autônoma participação dos estudantes.



Nas rodas de diálogo que realizamos na referida escola nos foi possível perceber, por exemplo, que a participação do ponto de vista estudantil se dava desde a atuação no grêmio estudantil até a realização das atividades indicadas pelos/as professores/as. Porém, do ponto de vista da gestão/coordenação a participação estaria menos ligada ao grêmio e mais atrelada ao bom desempenho em sala de aula e nas avaliações externas e internas, sendo tal questão nos reafirmada através do PPP, uma vez que este zela pelo bom desempenho dos/as discentes, reafirmando o caráter quantitativo dessas avaliações.

Outro fator relevante é que o Projeto Político Pedagógico que na escola em questão é dito como construído não só pelo partícipes da gestão da escola, mas também pela comunidade em seu entorno, apesar de se referenciar em alguns poucos momentos a esses sujeitos, não se mostra, segundo a fala dos/as estudantes, efetivamente aberto a participação dos mesmos, uma vez que por exemplo, a quadra poliesportiva da escola não encontra-se realmente disponível para uso da comunidade. Devemos considerar ainda que uma escola localizada em uma zona em que os aparelhos de lazer são de difíceis acessos e que fecha um dos poucos locais em que a prática de esporte e lazer seriam possíveis, encontra dificuldades para a construção de uma escola democrática e aberta a inserção e participação de outros sujeitos em seu meio.

Questão recorrente ainda na fala de nossos/as interlocutores/as é a atuação do grêmio estudantil em âmbito escolar. Eles/as nos disseram que não houve processo de eleição do grêmio e nem formação de chapas. Em vez disso, os/as estudantes que hoje o compõem são aqueles/as que foram indicados pela gestão da escola. Tal questão se mostra complexa perante os/as estudantes, pois alguns/as acreditam que tais escolhas dificultam uma real representação estudantil, já outros/as não vêem tal questão como prejudicial à representação. De forma que há nesse ponto uma divisão de perspectivas, em que apesar de tudo, o próprio grêmio se percebe fiscalizado pela gestão e sabe que para a aprovação de alguma de suas propostas precisa se estabelecer de fato um lugar de negociação.

Em se tratando de participação estudantil e autonomia percebemos ainda que infelizmente ainda prevalece uma condição de supervisão sobre os/as estudantes, pois estes/as ainda são considerados incapazes, imaturos/as para a realização de algumas tarefas. No entanto, em uma análise do Projeto Político Pedagógico e visando a construção de uma escola democrática, tal posicionamento vem em desacordo com ambas as questões, uma vez que consta no PPP que o/a discente é construtor/partícipe do seu processo de



ensino/aprendizagem. Assim, é possível perceber que a efetivação de uma participação estudantil autônoma em âmbito escolar, e nessa escola em específico, apesar de ser algo que consta no Projeto Político Pedagógico ainda precisa que seja dado grandes passos para que esta possa de fato estar sendo efetivada, contribuindo para a construção de uma escola democrática, plural, que respeite as diferenças de todos os sujeitos que a compõem interna e externamente, propiciando um espaço cidadão e cuja a educação é efetivamente libertadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos então a partir das questões levantadas em nossa pesquisa pontuar que apesar de a escola no Brasil ter recebido um novo público -de alunos trabalhadores na década de 1990, o que gerou tanto uma maior diversidade do público estudantil como também a escola tornou-se um espaço de conflitos mais acentuados, ainda falta muita caminhada para que a escola venha a se configurar como um espaço que respeite as diferenças de seus discentes e contribui de forma efetiva na formação cidadã, crítica, autônoma e participativa dos/as mesmos/as

Levantamos ainda que existe uma distância considerável entre a participação estudantil autônoma e o Projeto Político Pedagógico, uma vez que apesar de este em seu texto trazer questões muito importantes para que a participação se dê dentro do ambiente escolar, de forma a somar com a construção da escola e no próprio processo de ensino/aprendizagem, isso ainda não ocorre de forma efetiva, prevalecendo um desencontro entre o texto do PPP e o que de fato é realizado no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Coord. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.



CÂNDIDO, Antonio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice Mencarini. **Educação e sociedade**: leituras de Sociologia da Educação. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CASTELLI, C. A.; CROCE, M. L. **O projeto político-pedagógico e sua articulação com o planejamento docente**. In: HASPER, R. et. Al. (Org.). Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2016 / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. – Curitiba: SEED – p. 2-20, 2016.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.), **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. *Jóvenes* Revista de Estudios sobre Juventud, México, ano 9, n. 22, p. 296-313, jan/jun 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. **Autonomia da escola: princípios e posições**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventudes e participação**: o grêmio como espaço educativo. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, 2013.

RESENDE, L. M. G. de. **Paradigma – Relações de Poder – Projeto Político Pedagógico**: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, I.P.A. et al. (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 24.ed. Campinas: Papirus, 1995. p. 53-94.

SILVA, Maciel Pereira. **Juventude(s) e a escola atual**: tensões e conflitos no encontro de culturas“. In: Rev. Ed. Popular, Uberlândia: 2015.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teóricos-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/agosto, 2006.